

A dimensão política da participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial

O país vivia a ditadura Vargas, com apoio dos militares, e era pressionado externamente a tomar uma posição diante do conflito, o que significava

abrir mão de parcerias comerciais. Decisões tiveram reflexo até o regime militar, duas décadas depois.

Pág. 4-5



Visões de mundo

Projeto de pesquisa investiga a cultura visual humana desde a Pré-História, com o intuito de ampliar as referências dos futuros profissionais para suas criações

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

Academicamente falando, “cultura visual” é um termo nascido há poucas décadas. Mas milhares de anos antes de criar alfabetos e uma língua escrita, os seres humanos já desenhavam e desenvolviam técnicas e conhecimentos gráficos. Tais saberes não caducam e podem ser utilizados até hoje, e por muito tempo ainda.

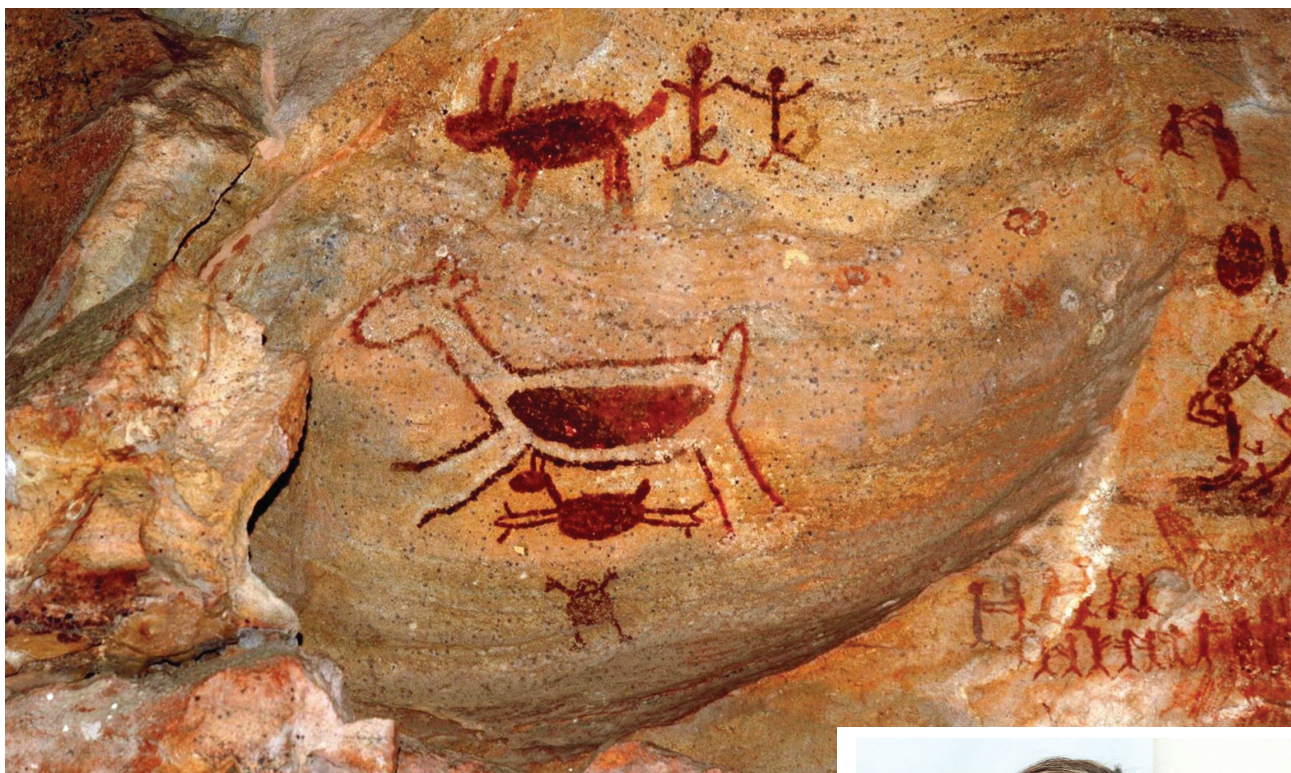
É o que expõe o projeto de pesquisa em ensino “Cultura e conhecimento gráfico e visual – estudos teóricos e experimentos em Design”, coordenado pela professora Ana Luísa Boavista Lustosa Cavalcante (Departamento de Design), atual Diretora de Eventos, Cultura e Relações com a Sociedade, da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade (PROEX). Herdeiro de projetos e estudos anteriores, ele é aplicado na prática docente da pesquisadora.

Ana Luísa conta que já trabalhou com o tema no Doutorado (em Engenharia e Gestão do Conhecimento, na UFSC, concluído em 2015), mas desde 2005 estudava grafismos e objetos de produção indígena (caingang), como a cestaria. Na UEL, ela ministra a disciplina de “Sintaxe Visual”, que se ocupa de conhecer os efeitos de sentido estético e significação dos diferentes arranjos gráficos e imagéticos em composições visuais. Segundo a professora, é uma questão de apurar a percepção visual para o entendimento das linguagens, perceber plasticamente os objetos e enriquecer a cultura visual. “Propomos e os alunos realizam descrições e análises de paisagens e obras de arquitetura como mensagens visuais, combatendo o ‘analfabetismo visual’”, explica a coordenadora do projeto.

Quando se fala em sintaxe visual, refere-se a elementos como ponto, linha, forma, cor, textura, tom, direção, escala, dimensão e movimento. Conhecê-los é, de acordo com a professora, “alfabetizar-se visualmente”.

O projeto já promoveu encontros remotos, leituras e pesquisas, principalmente sobre a História do Design Gráfico, entendido como necessidade de expressão humana e também uma forma de saber, que vem evoluindo com a própria Humanidade. Assim, hoje em dia, ainda é possível encontrar certas expressões “primitivistas”, como as pichações urbanas, mas outros estilos mais elaborados, como o grafite.

Como se trata de uma “sintaxe”, existem regras, e transgressões podem ser vistas simplesmente como erro. Entre os fundamentos sintáticos, estão o equilíbrio, o nivelamento (“pesos” visuais), os “respiros” (áreas em branco que dão leveza à imagem), tensão (pontos de ênfase), estrutura, cores, tons, escalas, ritmos e movimentos. Alguns, como estes últimos, têm origem na Matemática e na Física. Sim, Design tem tudo a ver com interdisciplinaridade.



O Parque da Serra da Capivara (Piauí) tem a maior concentração de pinturas rupestres das Américas, e também as mais antigas, algumas datadas em até 12 mil anos

No projeto, assim como na disciplina, os alunos analisam graficamente imagens selecionadas e elaboram a descrição de um produto, como um cartaz de cinema, uma capa de revista ou um outdoor. Os elementos há pouco descritos são observados de forma crítica e este exercício regular incrementa a percepção visual dos estudantes e vai refletir em seus próprios trabalhos, já que passam a contar com cada vez mais referências culturais. Às vezes a prática vai bem além da descrição, e os alunos devem criar uma composição a partir de um tema, apenas com pontos e linhas, por exemplo. Mais ou menos como fez Toquinho, em “Aquarela”, que com cinco ou seis retas achou fácil fazer um castelo.

Embora esta versão do projeto ainda esteja na primeira fase, desde estudos anteriores a professora Ana Luísa tem verificado uma avaliação positiva dos alunos, que apresentam bons resultados e aprimoram sua técnica, por exemplo, na relação equilíbrio x instabilidade. A pesquisadora lembra que, apesar da tônica na Sintaxe Visual, os alunos acabam extrapolando e entrando em questões da Semântica Visual, ou seja, no campo dos sentidos e significados da imagem. Não há como dissociar.

DIMENSÃO EXTENSIONISTA

Embora seja um projeto de pesquisa em ensino, a coordenadora observa que uma dimensão extensionista fará parte do projeto, quando forem realizadas oficinas. Ela já tem esta experiência em iniciativas anteriores, com oficinas voltadas e mulheres artesãs e estudantes indígenas da UEL, com

“Propomos e os alunos realizam descrições e análises de paisagens e obras de arquitetura como mensagens visuais, combatendo o ‘analfabetismo visual’”, explica a professora Ana Luísa Cavalcante



foco em sua identidade comunitária. Foi um trabalho ligado ao Programa Universidade sem Fronteiras. O USF é uma iniciativa do governo paranaense, iniciado em 2007 e considerado o maior programa de extensão universitária no Brasil, mobilizando equipes multidisciplinares com educadores, profissionais recém-formados, estudantes de graduação e do Ensino Médio.

Além disso, a professora já publicou um artigo na REAMD (Revista de Artes, Moda e Design), periódico da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), ano passado, intitulado “Analfabetismo visual no ensino de Design Gráfico”. O estudo constata, entre outros pontos, que não existem muitas publicações sobre o tema em bancos de dados acadêmico-científicos brasileiros. E ainda, uma aluna de graduação está desenvolvendo um Trabalho de Conclusão de Curso que é uma espécie de guia de apoio didático para as aulas.

Unindo tudo, Ana Luísa planeja, para uma posterior fase do projeto, iniciar experimentações gráficas, montar oficinas e promover a alfabetização visual de estudantes nas escolas de Ensino Médio. “Estamos na fase de construir e delimitar estas futuras atividades”, pondera a professora.

Expediente



Reitora: **Marta Regina Gimenez Favaro**
Vice-Reitor: **Airton Petris**



UEL - Campus Universitário - C.P. 6001
CEP 86051-990 - Londrina, PR
Contato: (43)3371-4361 e (43)3371-4115
noticia@uel.br

Coordenação: **Beatriz Silvério Botelho**
Edição: **José de Arimathéia**
Redação: **Pedro Livoratti, Vitor Struck**
e **Willian C. Fusaro**
Diagramação/Editoração: **Moacir Ferri**



Resíduos do bem

Pesquisadores de várias instituições convergem esforços em busca de materiais cimentícios mais resistentes e sustentáveis a partir de diferentes fontes

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

A professora Berenice Martins Torralles (Departamento de Construção Civil) coordena o projeto de pesquisa “Autocicatrização de compostos cimentícios” desde 2019, com duração prevista de cinco anos, e já em reta final, segundo ela.

Este projeto, porém, representa apenas parte das pesquisas nas quais ela está envolvida, na maioria como orientadora de Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado, e que tem como objeto e foco o estudo de materiais cimentícios mais duráveis, mais resistentes e sustentáveis para serem usados em larga escala, ou seja, na indústria da construção. Um dos principais desafios para aprimorar tais propriedades do cimento é reduzir sua porosidade, para que fique menos permeável e sujeito à corrosão pela água, oxigênio e até microrganismos.

Professora de Materiais na UEL, Berenice tem uma longa trajetória de pesquisa na área. Doutorou-se na Universidade da Catalunha (Barcelona), onde estudou materiais de alta resistência. No Pós-Doutorado, na mesma instituição, foi além: materiais de ultra alta resistência. Na volta, dedicou-se a melhorar as propriedades do cimento com o uso de resíduos e até de bactérias para, por exemplo, selar pequenas fissuras no material.

Paralelamente, começaram as pesquisas com o uso de escória, um subproduto gerado na fabricação de ferro, uma impureza retirada do minério bruto extraído do solo. A escória é um conhecido material cimentante e chegou a substituir 90% do cimento comum nos experimentos,

com sucesso. É abundante e produzido principalmente em Minas Gerais. E principalmente: é viável.

Berenice explica que a escória vem em forma granulada e é moída até ficar na consistência do cimento (ou areia). Os pesquisadores foram testando a proporção do material misturado ao cimento até chegar à substituição de 90%. A professora explica que o Brasil produz um cimento de excelente qualidade. Contudo, para cada tonelada de cimento, são também produzidos 800kg de gás carbônico, o que é muito indesejável. O emprego da escória reduz isso.

Outra linha de pesquisa testa nanopartículas de sílica, um resíduo nobre da produção de ferro gusa, capaz de deixar o cimento mais denso. A professora Berenice enfatiza a importância da parceria entre os pesquisadores da Engenharia e os da Física e Microbiologia da Universidade.

Tem mais: um pesquisador da Universidade Federal do Amazonas, ligado ao projeto, desenvolve um estudo da utilização da fibra de malva (celulose), uma planta ornamental, para dar mais densidade e resistência ao cimento. De fato, o projeto envolveu também pesquisadores (orientandos) na Universidade Estadual de Maringá, além de um ex-orientando colombiano que atualmente estuda concreto permeável no Chile. O concreto permeável, aliás, é quase uma espécie de Graal para Berenice, como professora de materiais. Resistente e durável, ele evitaria acúmulo de água nas ruas e calçadas das cidades após as chuvas.

IMPRESSÃO 3D

A professora Berenice foi, novamente, contemplada com bolsa pro-



“O Brasil produz um cimento de excelente qualidade. Contudo, para cada tonelada de cimento, são também produzidos 800kg de gás carbônico”, afirma a professora Berenice.

atividade: já são seis anos. Esta será aproveitada no projeto que está ainda no início, que visa à impressão de uma casa em 3D usando metacaulim, um material obtido da moagem e calcinação de uma espécie de argila encontrada no Norte e Nordeste do país.

O objetivo é construir moradias de 35 metros quadrados para pessoas em situação de vulnerabilidade, de qualquer tipo – desde uma família temporariamente desalojada por um temporal, até os sem-teto. Atenta, a pesquisadora falou de iniciativas como a da ICON, uma empresa em

Austin (Texas), que já ergueu condomínios com impressão 3D.

A coordenadora já conta com um vínculo com o Sindicato da Construção Civil (Sinduscon), uma bolsista de pós-doutorado (na área de eficiência energética e conforto térmico), um mestrando e um doutorando. Um dos desafios é conseguir a máquina impressora.

Enquanto isso, os resultados das pesquisas têm sido divulgados em eventos científicos, publicados em artigos e disseminados na forma de dissertações, teses e relatórios de pós-doutorado.

Um “jeitinho brasileiro” na Segunda Guerra Mundial

Disputas de poder internas e relações diplomáticas duvidosas marcaram a participação do Brasil no maior conflito bélico do século XX e ecoaram até o governo militar



“O Brasil tinha muito pouco a oferecer, com exceção de produtos como açúcar, borracha, cacau e ferro, entre outros. Na época, a Alemanha era uma parceira comercial que praticava uma política agressiva, e concorrente dos americanos”, relata o professor Francisco Ferraz

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

O professor Francisco Cesar Alves Ferraz (Departamento de História) tem desenvolvido vários projetos de pesquisa sobre a Segunda Guerra Mundial nos últimos 15 anos, ligados ao CNPq, com bolsa produtividade (recém renovada), ou outros recursos e fomentos.

Atualmente, ele coordena o projeto “A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e suas consequências políticas (1940-1955)”, que objetiva compreender as dimensões políticas da presença do Brasil, especificamente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no conflito como aliado dos Estados Unidos. A pesquisa foca tanto no âmbito interno e nas disputas entre grupos sociais, partidos e instituições, quanto no externo, das relações diplomáticas do país com os países dos dois lados da guerra. O estudo faz um recorte até 1955, mas acaba chegando até os primeiros anos do governo militar, iniciado em 1964.

O percurso da pesquisa inclui uma

viagem com seis alunos de Iniciação Científica (graduação) aos arquivos do Rio de Janeiro, e outra, sozinho, a Washington, atrás de documentos sobre a política brasileira no período 1920-1964, disponíveis em microfiches no arquivo do Departamento de Estado. O professor dá a ideia do volume de dados: só sobre o ano de 1944 havia 88 rolos de microfilme, cada um com 750 imagens. Foram seis dias de trabalho e cerca de 6.300 imagens captadas pelo professor.

Segundo informa o pesquisador, é um trabalho colaborativo, com participação da Universidade Estadual de Maringá, Universidade Federal do Paraná e Universidade Brown, de Rhode Island (EUA). Esta, aliás, dispõe de um Repositório de informações sobre as relações diplomáticas entre os EUA e o Brasil, acessível na Internet, chamado “opening the archives”, numa iniciativa conjunta com a UEM.

ESTADO NOVO

Quando a 2ª Guerra Mundial eclodiu, em setembro de 1939, o Brasil vi-

via o Estado Novo, isto é, a ditadura de Getúlio Vargas. O Congresso havia sido fechado, os partidos extintos, e o presidente contava com apoio dos militares. Existia, porém, um clima de iminente guerra no ar, as potências mundiais pareciam se preparar para um conflito. Ao mesmo tempo, havia uma forte propaganda anticomunista, intensificada ainda mais após a Guerra.

De acordo com o professor Francisco, o Brasil tinha muito pouco a oferecer, com exceção de produtos como açúcar, borracha, cacau e ferro, entre outros. Na época, a Alemanha era uma parceira comercial que praticava uma política agressiva, e concorrente dos americanos. Havia também um domínio inglês sobre o Atlântico e um rival de poder bem mais próximo e ameaçador: a Argentina.

Vargas fez grande esforço em se manter neutro, mas a pressão dos dois lados exigiu do governo uma série de decisões. Por um lado, o Brasil tinha o maior número de filiados ao partido nazista fora da Alemanha, e inicialmente não tinha muito interesse em abandonar as relações comerciais com o país europeu. Porém, os bloqueios começaram a prejudicar o Brasil. O pesquisador cita um navio carregado que partiria da Itália com armas alemãs, já pagas, e sequer conseguiu sair do porto, impedido pela Marinha britânica.

De outro lado, os EUA mostraram interesse em instalar bases militares no Rio Grande do Norte e na Paraíba, em razão de suas posições geográficas estratégicas. A Ponta do Seixas (PB), por exemplo, é o ponto mais oriental das Américas. De João Pessoa à África são cerca de 1.000 km a menos do que até Porto Alegre.

Enfim, a neutralidade de Vargas durou até o ataque a Pearl Harbor (Havá), em dezembro de 1941. No mês seguinte, uma conferência de chanceleres do continente foi realizada no Rio de Janeiro para definir a posição dos países frente à guerra. “A Argentina e o Chile não aderiram”, conta o professor Francisco. O que pesou na decisão do Brasil, diz o professor Ferraz, foram os aspectos políticos e econômicos, além da pressão popular.

Os norte-americanos montaram sua base potiguar, que ganhou o apelido de “Trampolim da Vitória”. Com isso, o Brasil teve algumas vantagens, como a vinda da Coca-Cola, para servir aos soldados acostumados a consumir a bebida. Além disso, estrelas hollywoodianas, como Humphrey Bogart, entre atores, produtores, cantores e músicos, estiveram por lá visitando as tropas.

O BRASIL VAI À GUERRA

No Brasil, o Estado Novo seguia com partidos apenas na clandestinidade, como o comunista, que em 1943 realizou a Conferência da Mantiqueira,



Registro do encontro dos presidentes Roosevelt e Vargas, em Natal, para acertar o envio de tropas brasileiras à guerra



1937
Füher Getúlio
Von Vargas



1941
Cidadão Getúlio
Delano Vargas



1945
Camarada
Getúlio Vargasvitch

Charge publicada no jornal 'O Cruzeiro' (MG) satiriza as mudanças ideológicas de Vargas no período em que governou

no interior do Rio de Janeiro, reunindo afiliados de oito estados e do Distrito Federal, decididos a pressionar o Brasil contra o nazismo. Antes desta, outra conferência importante reuniu Vargas e o presidente Franklin Roosevelt em Natal (RN) num destróier atracado na cidade. Ali foram feitos os acordos que criaram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), bem como – em contrapartida – garantiram recursos para a consolidação da Companhia Siderúrgica Nacional brasileira. O Brasil também se comprometeu a fornecer borracha e outros insumos da Amazônia. E a Argentina continuava a ser o único país do continente a permanecer oficialmente neutro.

Decidido que o Brasil enviaria tropas à guerra, foi aberto o alistamento voluntário. Havia no país 2,5 milhões de homens em idade militar aproximadamente. Pouco mais de 0,1% deste contingente se alistou e boa parte foi reprovada nos exames. A solução foi uma convocação compulsória, e inicialmente o Brasil tinha a intenção de enviar soldados mais fortes e mais instruídos, o que na época significava enviar jovens de famílias de classe alta ou média alta. Logo, grande parte deu um “jeitinho” de escapar do corpo de soldados, o que gerou a expressão “tirar o corpo fora”. Restou então aos “deserdados da sorte” – como diz o professor Francisco – ir para a guerra. Segundo ele, o Brasil enviou cerca de 25 mil homens, dos quais 15 mil foram a combate (ou reserva) e 10 mil não combateram, mas prestaram serviços de enfermagem, transporte, manutenção de equipamentos ou cozinha.

Outros países não acreditavam muito na participação brasileira no

conflito, e de forma desdenhosa diziam que isso só aconteceria mesmo “se a cobra fumasse”. Assim, o símbolo da FEB era a imagem de uma cobra fumando.

Um dos detalhes que chamou a atenção entre as tropas aliadas, de acordo com o pesquisador, é que entre os soldados brasileiros não havia segregação racial, bem ao contrário dos outros países. Sim, houve episódios isolados. Mas nos outros era visível, “institucionalizado”, comenta Francisco Ferraz. Até bolsas de sangue eram diferentes para soldados brancos e negros. Os brasileiros comiam juntos, dormiam juntos, o que espantava os estrangeiros. Outro ponto observado é que os brasileiros compartilhavam rações e alguns outros recursos com a população vítima da guerra, o que os outros não faziam. Mais estranho ainda, de acordo com o pesquisador, era a presença de comunistas na FEB.

Por outro lado, cabe assinalar a presença de nomes como Humberto de Alencar Castelo Branco e Oswaldo Cordeiro de Farias na FEB. O primeiro foi um dos chefes de Operações; o outro, comandante de Artilharia. No pós-guerra, foram instrutores na Escola Superior de Guerra e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Farias foi interventor do Rio Grande do Sul no Estado Novo, governador de Pernambuco e participou do governo Dutra. Castelo Branco foi um dos líderes do golpe de 64 e o primeiro presidente do período de regime militar.

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS

Terminada a guerra, em 1945, os

combatentes da FEB, conhecidos como Pracinhas, voltaram ao Brasil. Nem todos: aproximadamente 500 morreram na Itália. Eles encontraram um clima político tenso, mas foram proibidos de fazer qualquer tipo de manifestação. Pior: não receberam, de início, nenhum tipo de pensão, apoio psicológico, social ou mesmo de saúde. Vale lembrar que muitos retornaram mutilados, cegos ou com outros ferimentos graves. A maioria não conseguiu emprego, ou apenas um subemprego.

O Estado Novo dava seus últimos respiros. Os comunistas haviam sido anistiados por um decreto de Vargas de abril de 1945. E existia um jogo de forças no país em ação. Entre os militares, os soldados eram pró-Vargas, mas oficiais eram contra. Três candidatos à sucessão de Vargas surgiram: o general Eurico Gaspar Dutra, o brigadeiro Eduardo Gomes e Yeddo Fiúza, do partido comunista. Os brasileiros podem agradecer a Gomes pela existência do doce brigadeiro, criado para ajudar em sua campanha.

Dutra venceu fácil as eleições e marcou seu governo por um alinhamento ideológico aos EUA na Guerra Fria, assim como pela perseguição aos movimentos trabalhistas e aos comunistas – os eleitos foram cassados e foram cortadas relações com a União Soviética. Comunistas e conservadores trocavam farpas, e os militares permaneciam divididos em tudo. Por exemplo, na campanha “O Petróleo é nosso”, que discutia a exploração do recurso por empresas estrangeiras.

Esta tensão atravessou a década de 50 e foi parar no golpe de 64. A partir daí, explica o professor Francisco, os militares “mais de esquerda” fo-

ram perseguidos pelos nacionalistas e acabaram saindo de cena. As consequências, conforme o pesquisador, foi o aumento do poder das Forças Armadas, uma autoimagem muito positiva dos militares, uma legitimidade perante a população, e uma aliança de décadas com os EUA, com uma consequente americanização da cultura brasileira.

PRODUÇÃO ACADÊMICA

O professor Francisco Ferraz publicou três livros sobre a 2ª Guerra Mundial, em 2005, 2012 (sua tese de Doutorado) e 2022, este pesquisando com bolsa produtividade.

Outro trabalho de fôlego em desenvolvimento é um levantamento de toda a produção acadêmica sobre a 2ª Guerra no Brasil, para criar uma espécie de guia de fontes. Até agora o pesquisador listou cerca de 2400 trabalhos. De todos, 100 ganharão resumos e, ao final, comporão um e-book. “Até agora, a obra já tem 550 páginas”, revela Ferraz.



Símbolo da Força Expedicionária Brasileira

Matar em nome da vida?

Professor desenvolve pesquisas sobre Biopolítica, conceito que descreve formas e mecanismos pelos quais o poder é exercido sobre as populações, considerando aspectos como saúde, higiene, natalidade, alimentação, entre outros

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

O professor Marcos Alexandre Gomes Nalli (Departamento de Filosofia) coordena atualmente dois projetos de pesquisa com foco no mesmo conceito: “A Biopolítica como Biotécnica” (iniciado em 2017) e “A vida como objeto da Biopolítica” (desde 2020), ambos com participação de alunos de Iniciação Científica (graduação). O docente foi um dos contemplados pelo edital do CNPq (de março) que concedeu bolsa produtividade, indicativo da relevante contribuição de seus estudos. Não foi a primeira vez.

Nalli tem uma longa trajetória de estudos do filósofo, teórico social e historiador das ideias Michel Foucault (1926-1984), que escreveu sobre a Biopolítica nos anos 70. O intelectual francês foi seu foco no Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado, este concluído em 2008.

De acordo com o pesquisador, o conceito de Biopolítica surgiu na década de 10 do século XX e apresentou três “movimentos”. Até a década de 30, na Alemanha; nos anos 50 e 60, na França e Suíça, numa vertente mais humanista; e nos anos 60 e 70, uma perspectiva anglo-saxônica, mais preocupada com a ecologia. Foucault, que já desenvolvia seu pensamento em torno de mecanismos sociais de controle, como as escolas, prisões e manicômios, falava em “biopoder”, isto é, no exercício do poder sobre a vida (e corpo) dos indivíduos.

O professor conta que, casualmente, Foucault utilizou o termo “Biolítica” pela primeira vez justamente numa passagem pelo Brasil, em uma palestra por ele proferida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (na época, Universidade do Estado da Guanabara/UEG), em 30 de outubro de 1974. Em 1976, o filósofo publicou o livro “Em defesa da sociedade”, em que abordou o racismo praticado pelo Estado (a exemplo do nazismo) e retomou o conceito. Em 1979, publicou a obra “Nascimento da Biopolítica”. Depois disso, o tema foi deixado de lado e retomado na metade dos anos 90, por exemplo, pelo filósofo italiano Giorgio Agamben.

PARADOXO

Como o nome sugere, Biopolítica é uma “política pela vida”. Ela foca sobre aspectos da vida humana como a natalidade, doenças, mortalidade, meio ambiente, e a atuação do Estado em todos eles. O objetivo é promover e proteger a vida. E aí surge o paradoxo: por que então se mata? Este paradoxo pode ser ilustrado por um pensamento do dramaturgo alemão Bertholt Brecht (1898-1956): “Há muitas maneiras de matar uma pessoa. Cravando um punhal, tirando o pão, não tratando sua doença, condenando à miséria, fazendo trabalhar até arrebentar, impelindo ao suicídio, enviando para a guerra, e etc. Só a primeira é proibida por nosso Estado”.

A saída do paradoxo da Biopolítica, na verdade, conduz ao seu “nó górdio”, diz o professor Marcos Nalli. O problema está justamente aí: vida, mas não para todos. Não à toa, ele estudou a eugenia no Mestrado, e menciona uma lei dos anos 30 que es-

tabelecia a esterilização compulsória das mulheres com doenças mentais nos países escandinavos. Entre os anos 30 e 60, Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega teriam esterilizado cerca de 74 mil mulheres forçadamente. Conforme o pesquisador, na França, em razão da crise durante a Segunda Guerra, uma lei suspendeu os envios de alimentos a manicômios.

O que a História demonstra, portanto, é um racismo em sentido amplo, além das etnias, que pode atingir qualquer grupo social. O próprio professor fala de um “racismo de mercado”, pelo qual Estado e iniciativa privada deliberadamente se alinham para controlar e oprimir indivíduos. Um exemplo é a transformação de prisioneiros em mão-de-obra barata, ou escrava, como já ocorreu na Alemanha nazista e nas ditaduras da Argentina e do Chile.

No Brasil, Getúlio Vargas respondeu a um ataque da Marinha alemã a uma embarcação brasileira com o Decreto-Lei 4166 (11.03.1942). Ele estabeleceu que “os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas e jurídicas, respondem pelo prejuízo” resultantes de atos de agressão do Eixo.

Ou seja, é um racismo que vai muito além da desigualdade de oportunidades de inserção no mercado. Nalli afirma que o mercado explora a própria dignidade humana, como se vê nas denúncias contra trabalho análogo à escravidão, ainda muito frequente. Para o professor, a terceiriza-



“Se a política é para a vida, então por que se mata?”
– a questão é o paradoxo que envolve a Biopolítica, diz o professor Marcos Nalli

ção também é uma política segregacionista, assim como outras formas de precarização das relações de trabalho.

PROBLEMATIZAÇÃO

O pesquisador comenta, ainda, que a Biopolítica é interdisciplinar, ou seja, está aberta a estudos de muitas outras áreas, como a História, Sociologia, Direito, Geografia e Arquitetura. Mas não é uma disciplina, e sim uma problematização. Tem havido debates, encontros científicos, publicações, mas em torno de problemas e de conhecimentos em construção, em toda uma rede de pesquisadores de diferentes campos. Os projetos do professor, por exemplo, envolvem também estudantes de pós-graduação, em todos os níveis, outros docentes e até um pesquisador da Espanha, além de promover reuniões quinzenais de um Grupo de Trabalho.



Michel Foucault em palestra na então Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual UERJ (1974).

Lançamento da Eduel facilita a tomada de decisão via métodos de análises

MIRIAN PERES DA CRUZ

O mais novo lançamento da Eduel tem como tema o desenvolvimento de índices de desempenho a partir da adoção de métodos de análise multicritério, ferramenta fundamental que auxilia nas tomadas de decisão. Os métodos são o Measuring Attractiveness by a Category-Based Evaluation Technique (MACBETH) e o Analytic Hierarchy Process (AHP).

Com caráter didático, o livro “Macbeth e AHP: Guia para desenvolvimento de Índices de desempenho” – Eduel, 2022, 76 páginas, autores: Vitor Hugo Salviatto, Luis Fernando Sequinel, Roque Rodrigo Rodrigues, Carlos Alberto Prado da Silva Junior e Heliana Barbosa Fontenele – tem como objetivo auxiliar estudantes, profissionais e pesquisadores a realizar comparações para tomada de decisões. Sem dúvida, o livro é um passo a passo pensado e estruturado para que todos os leitores, habituados ou não com o uso dos programas, consigam desenvolver, a partir do exemplo, os seus próprios índices.

Em cada um dos capítulos são desenvolvidos índices de desempenho fictícios, junto com os processos que irão guiar o leitor na elaboração de seus próprios índices, conforme interesses específicos, utilizando os métodos Macbeth e AHP. Segundo os autores, Carlos Alberto Prado da Silva Junior e Heliana Barbosa Fontenele, professores da UEL, as possibilidades de aplicação dos métodos são incontáveis, o que indica a importância e a utilidade deles.

A professora Heliana Barbosa conta que a ideia de produzir o livro surgiu a partir da necessidade de estudantes de pós-graduação da área de Engenharia Civil em adotar métodos para desenvolver índices. Ela explica que o Macbeth e AHP são métodos de análise múltiplos critérios. “Imagine esses métodos aplicados na área de Engenharia ou outra área para tomar decisão sobre uma situação que se torna cada vez mais complexa”, diz.

Um exemplo prático, que no livro é materializado pelo personagem José, reside no processo de compra de um aparelho celular. O fato é que, mesmo inconscientemente, o comprador reúne inúmeras variáveis no momento da escolha do modelo e da marca do aparelho. “Intuitivamente fazemos uma série

de comparações. O que é importante: o preço, a resolução da câmera, o tamanho do celular, o peso. São itens que se leva em conta na hora de escolher determinada marca ou modelo”, explica.

De acordo com Carlos Alberto, as tomadas de decisões se tornam mais complexas quando gestores de uma grande empresa, por exemplo, precisam decidir sobre a compra de equipamentos ou insumos. “É possível usar o conceito de análise multicritério, adotando o uso do software M-Macbeth, ou do método AHP em uma planilha do Excel”, afirma. O autor ainda afirma que, mesmo para quem já utiliza as duas formas de análise, o livro é útil no sentido de facilitar a “hierarquização de escolha”.

SMART CITY

Os métodos Macbeth e AHP, segundo os autores, também são usados para elencar índices de classificação das chamadas cidades inteligentes (smart city). “Temos trabalhado muito com as cidades inteligentes. Posso criar índices para avaliar o desempenho e classificar se uma cidade é ou não uma smart city, atribuindo nota com base em uma série de variáveis”, explica.



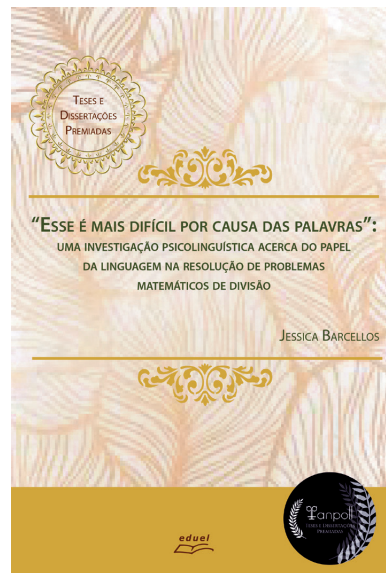
Serviço

Além da opção de compra pelo site da Eduel – www.eduel.com.br – o livro estão à venda na Livraria da Eduel – contatos: (43) 3371 4691 ou livrariaeduel@uel.br.

PRATELEIRA



Livros publicados pela Eduel nas áreas de Linguagem e Linguística!

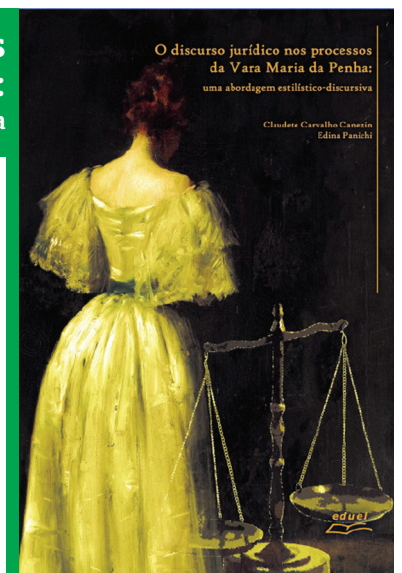


Esse é mais difícil por causa das palavras: uma investigação psicolinguística acerca do papel da linguagem na resolução de problemas matemáticos de divisão

Autora: Jéssica Barcellos
2021, 174 páginas.
R\$50,00

O livro apresenta pesquisa desenvolvida pela autora no Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem da PUC/Rio. Com base nos aportes teóricos da Psicolinguística, o trabalho, que possui caráter interdisciplinar, investiga as influências da linguagem em especial de estruturas gramaticalmente complexas e de sentenças com ambiguidade na interpretação e na resolução de situações-problema de divisão por alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Como mostra a autora, a atenção para as estruturas linguísticas utilizadas na elaboração dos enunciados é um compromisso necessário à prática docente.

O discurso jurídico nos processos da Vara Maria da Penha: uma abordagem estilístico discursiva



Autoras:
Claudete Carvalho Canezin e Edina Panichi
2019, 249 páginas.

O livro traz análises do léxico e do discurso jurídico nas sentenças proferidas nos processos da Vara Maria da Penha de Londrina. Segundo as autoras, a linguagem é analisada como ação social, com destaque para a importância das escolhas lexicais na exploração dos elementos emotivos que entram na constituição dos sentidos das palavras. Neste sentido, a ciência jurídica encontra na linguagem a sua possibilidade de existir, utilizando o discurso como uma ponte entre a sociedade e o universo forense. Ao analisar o léxico presente no discurso jurídico é possível estabelecer relações entre ideologia e linguagem.

Referenciação e Ideologia: a construção de sentidos no gênero reportagem



Autor:
Euclides Hélio de Fátima Campos Borges
2019, 188 páginas.
R\$50,00

A obra demonstra como o texto da reportagem, dentro de um contexto político, social e histórico, pode constituir-se em lugar da argumentação a serviço de ideologias. A investigação é feita com base nos estudos da Semântica Argumentativa e da Linguística Textual, a partir do processo de referenciação, enquanto atividade discursiva, que é detalhado, em suas diversas ramificações (anáforas diretas, indiretas e associativas, expressões nominais definidas e indefinidas). Composta por quatro capítulos, a obra é indicada para professores e estudantes do curso de Letras e áreas afins.

Sobre a Eduel



Criada em 1995, a Eduel é uma editora universitária que publica livros em seis linhas editoriais: Livros Acadêmicos, Arquivo e Memória, Diálogos Pedagógicos, Infantojuvenil, Expressão Artística e EAD. A Eduel é filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR) e Câmara Brasileira do Livro (CBL).

Futuro a ser protegido

Projeto multi-institucional e multinacional pesquisa sistemas de proteção à criança e juventude em quatro países de língua portuguesa de três continentes

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

A trajetória de pesquisadora da professora Andrea Pires Rocha (Departamento de Serviço Social) há muitos anos orbita as condições sociais de crianças e adolescentes, não apenas no Brasil. Desde 2020, ela coordena o projeto de pesquisa “Sistemas de produção e garantia dos direitos humanos voltados à infância e juventude em Portugal, Angola, Moçambique e Brasil”, que objetiva – entre outros pontos – conhecer e comparar tais sistemas e mecanismos envolvidos, sociais e legais, levando em conta as particularidades históricas de cada nação.

Inicialmente previsto até julho de 2024, o projeto já terminou sua primeira fase – o levantamento de documentos e dados dos países em foco – e parte para a segunda e última fase, a produção de relatos de protagonistas sociais, para fins de estudo comparativo. O objetivo final é “investigar como esses sistemas acontecem em Portugal, Moçambique, Angola e Brasil, o que poderá suscitar o conhecimento de ações inovadoras, reflexões acerca de fragilidades e a construção de debates no terreno da defesa dos direitos humanos em tempo de crise do capital, recrudescimento do Estado neoliberal de cunho penal e dos impactos do durante e pós-pandemia de covid-19”, detalha o projeto.

Andrea explica que o projeto conta com a colaboração de pesquisadores de todos os países envolvidos, que trocam dados e conhecimentos, incluindo Universidade de Coimbra, a Universidade Privada de Angola (UPRA), a Unesp de Franca (SP) e a Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Ela destaca a participação do professor José Francisco dos Santos, da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOP), pesquisador da História da África, que vem regularmente a Londrina. Participam ainda estudantes de Iniciação Científica (graduação), que levantam os termos de cooperação entre os países.

O professor José Francisco relata que o projeto nasceu na UEL e em seguida foi proposto na UFBA. Depois, veio a parceria com a UPRA e com Moçambique, através de uma doutoranda moçambicana na Universidade de Coimbra, que logo também ingressou na parceria. Este trajeto incluiu contatos com vários outros pesquisadores, por exemplo da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Universidade Ro-



Com altas taxas de analfabetismo, Angola enfrenta desafios para garantir acesso à escola para crianças. Pobreza, professores ruins, material deficiente e até o clima são obstáculos

vuma (UNIROVUMA) e Universidade Wutivi (UniTiva), todas de Moçambique. Dentro do Brasil, o projeto conecta as regiões Nordeste, Sul e Sudeste.

Diferente de outros projetos, este não sofreu tanto o impacto do auge do período pandêmico. “Fizemos reuniões online com saraus, apresentações de música e poesia”, comenta a coordenadora. Segundo ela, cada país fazia seus encontros localmente e, uma vez por mês, todos se encontravam virtualmente para trocar experiências e novidades.

DIREITOS PARA QUEM?

Quando se fala em proteção a direitos, uma pergunta surge: direitos para quem? A professora Andrea lembra que “cidadão” não é, na prática, um conceito que pode ser aplicado a todos igualmente. Da Grécia antiga ao Brasil de hoje, os direitos fundamentais não são assegurados a todos. Fica ainda mais fácil entender quando se pensa em países como o Brasil, Moçambique e Angola, que por séculos foram apenas colônias portuguesas.

Aí entram as singularidades de cada país. Angola e Moçambique só ficaram independentes em 1975, diferente do Brasil que deixou de ser colônia há 215 anos, foi Império por quase sete décadas e tem mais de um século de período republicano. Nos países africanos em foco, explica a pesquisadora, tudo é muito recente: os conflitos pela independência foram ime-

diatamente sucedidos por uma guerra civil, que em Moçambique durou quase 16 anos, mas em Angola durou 26. A Constituição de Angola é de 2010 e a de Moçambique, de 2018. Não há, portanto, um histórico de movimentos sociais como no Brasil.



“Nos países africanos, o racismo é naturalizado pela sociedade. É estrutural. Ele nem é discutido”, conta a professora Andrea Rocha

diatamente sucedidos por uma guerra civil, que em Moçambique durou quase 16 anos, mas em Angola durou 26. A Constituição de Angola é de 2010 e a de Moçambique, de 2018. Não há, portanto, um histórico de movimentos sociais como no Brasil.

Andrea conta que o projeto faz esta “triangulação”, ou seja, observa as realidades de Portugal, Brasil e Angola/Moçambique. “Nos países africanos, o racismo é naturalizado pela sociedade. É estrutural. Ele nem é discutido”, relata. Lá não existem sistemas de proteção em forma de políticas públicas, porém a própria cultura criou mecanismos, na medida em que a comunidade fornece alguma proteção às crianças e jovens. Também não há entidades de controle popular, como os Conselhos (Tutelar, da Criança e do Adolescente). A participação da socie-

dade civil é mínima. Sequer existe orçamento para isso. O que há são organizações não-governamentais. Angola possui um Ministério da Justiça e Direitos Humanos e Moçambique o Ministério do Gênero, Criança e Ação Social. Quanto à proteção legal, até 1974 Angola e Moçambique viviam sob a vigência do Estatuto do Indígenas Portugueses, um Decreto-lei português (no. 39.666) de 1954. Mas existem Juizados de Menores, previsão legal de medidas sócio-educativas, e Moçambique tem sua Lei de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança desde 2008. O Estatuto da Criança e do Adolescente brasileiro é de 1990. Em Portugal e Angola, a maioridade penal é aos 16 anos.

Os países africanos veem o Brasil, segundo a professora Andrea, como um exemplo. Ela anota que a cultura brasileira é difundida por lá, a exemplo das novelas.

DESAFIOS E AÇÕES

Há grandes desafios pela frente, de acordo com a pesquisadora, em todos os países em foco. Entre eles, trabalho infantil, insegurança alimentar, falta de acesso à saúde e à educação, e até – no caso africano – os casamentos de adolescentes. Novamente, a professora lembra do aspecto cultural, que muitas vezes conflita com os direitos humanos. A linha entre um e outro nem sempre é bem definida e não pode ser arbitrada unilateralmente.

O projeto prossegue no aprofundamento das informações. Já promoveu mesas-redondas e outros eventos, como um seminário internacional em 2021 que resultou, entre outros frutos, na publicação de um e-book, lançado ano passado. O relatório da primeira fase está sendo finalizado e a segunda fase, das entrevistas, também resultará em uma publicação, talvez ainda este ano. Boa parte da produção pode ser encontrada no canal do YouTube “Aquilombando a Universidade” e outras produções, como artigos e trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação, foram realizadas.

Andrea foi contemplada no edital de pesquisador com bolsa produtividade e aplicará os recursos em seu novo projeto, que inicia no próximo semestre, especificamente sobre a juventude. Esta bolsa é concedida pelo CNPq aos pesquisadores que se destacam, e visam a valorização da produção científica em desenvolvimento tecnológico e inovação.